

A INTERSECÇÃO NEOCONSERVADORA/NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUAS INTERFACES PARA O AUMENTO DA LGBTQIA+FOBIA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n2-179>

Data de submissão: 23/09/2024

Data de publicação: 23/10/2024

Alexandre Adalberto Pereira

Doutor em Educação
Universidade Federal do Amapá
ORCID: 0000-0003-4029-1415

Wollacy Esquerdo Lima

Mestre em Educação
Universidade Federal do Amapá
ORCID: 0000-0002-8583-2994

Antonio Mateus Pontes Costa

Doutorando em Educação
Universidade Federal do Pará
ORCID: 0000-0002-0661-1385

Tiago Ruan Pereira e Silva

Mestrando em Educação
Universidade Federal do Amapá
ORCID: 0000-0001-8110-0043

Cleuson da Silva Miranda

Mestrando em Educação
Universidade Federal do Amapá
ORCID: 0009-0002-1269-5316

RESUMO

O artigo analisa a intersecção entre neoconservadorismo, neoliberalismo e a opressão das diversidades sexuais e de gênero na sociedade contemporânea. Com um cenário marcado por um conservadorismo crescente, que busca restaurar uma "ordem" social tradicional, as identidades LGBTQIA+ enfrentam marginalização e violência devido à glorificação de um passado idealizado e à imposição de padrões normativos. A influência de grupos religiosos e movimentos neoconservadores tem restringido discussões sobre diversidade nas escolas, que deveriam promover um ambiente crítico e inclusivo. A pesquisa, fundamentada em dados bibliográficos e desenvolvida como parte de uma dissertação de mestrado, investiga como essas ideologias impactam a educação e perpetuam a exclusão de temas de diversidade sexual. A naturalização de normas excludentes e a perpetuação da colonialidade do saber reforçam uma visão hegemônica, silenciando vozes dissidentes. Concluiu-se que, para construir uma sociedade mais justa, é crucial um engajamento ativo no combate à LGBTQIA+fobia, racismo e sexismo, respeitando o direito à liberdade e expressão de todos os indivíduos. A superação do conservadorismo e do neoliberalismo, por meio de uma educação crítica e politicamente engajada, é um passo vital para enfrentar a LGBTQIA+fobia nas escolas brasileiras, promovendo um espaço onde todas as identidades possam coexistir e ser respeitadas.

Palavras-chave: LGBTQIA+fobia. Educação. Neoconservadorismo. Neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta um cenário marcado por um conservadorismo crescente, que não apenas define papéis sociais rígidos, mas também inibe discussões sobre a diversidade em suas múltiplas dimensões. Temas relacionados à sexualidade, racismo e outras formas de opressão são frequentemente considerados radicais e alheios ao que o conservadorismo preconiza como normativo.

Esse movimento é descrito por Apple (2003, p. 57) como uma tentativa de restaurar uma suposta "ordem" social, fundamentada em tradições e instituições que priorizam a autoridade estabelecida. Em um anseio por um passado idealizado, onde o “verdadeiro saber” e a moralidade prevaleciam, esses grupos buscam um retorno a uma estrutura social que, segundo eles, garantiria um padrão de qualidade superior e a proteção dos indivíduos contra os males da modernidade. Essa narrativa romântica promove uma revivificação da “tradição ocidental”, enfatizando valores patrióticos e métodos conservadores de educação.

Neste contexto, a ideologia conservadora não apenas resiste às transformações sociais, mas também se posiciona de forma hostil contra qualquer forma de diversidade, reforçando padrões históricos que limitam a liberdade e a expressão dos sujeitos. Assim, a necessidade de se questionar e desconstruir essas narrativas torna-se imperativa para a promoção de um espaço mais inclusivo e igualitário.

Nesse ambiente de resistência às mudanças, o conservadorismo contemporâneo encontra apoio em uma narrativa que glorifica um passado idealizado, sugerindo que o retorno a esses tempos seria a solução para os problemas sociais atuais. Essa retórica, impulsionada por uma combinação de valores religiosos e patriarcais, impacta diretamente as discussões sobre diversidade, especialmente em temas como sexualidade, raça e gênero. As vozes dissidentes, que buscam promover uma educação inclusiva e a aceitação da diversidade, são frequentemente silenciadas ou desacreditadas, rotuladas como radicais ou ameaçadoras à ordem social. Conforme Scruton (1994, p.18), “a mudança é uma ameaça à identidade, e cada mudança é um símbolo de extinção”.

Neste contexto, a escola emerge como um campo de batalha crucial, onde se disputam narrativas sobre identidade e pertencimento. O ambiente escolar, idealmente um espaço de formação e desenvolvimento crítico, é frequentemente moldado por essas tensões, refletindo e, muitas vezes, reproduzindo as desigualdades e preconceitos presentes na sociedade. Essa dinâmica se torna ainda mais evidente com o avanço de legislações e políticas que visam restringir discussões sobre gênero e diversidade, caracterizando um retrocesso nas conquistas sociais.

Portanto, a análise das interações entre conservadorismo, neoconservadorismo e a luta pela diversidade é essencial para compreendermos as complexidades da sociedade contemporânea. Barroco

(2015, p.624) destaca que “o movimento conservador ganhou força no contexto de políticas neoliberais, apresentando-se como programa político a partir do governo sustentado pela defesa do neoliberalismo, do militarismo, dos valores tradicionais, familiares e religiosos”.

As implicações dessas ideologias não se limitam ao campo político, mas reverberam em todas as esferas da vida social, impactando diretamente as experiências escolares de grupos historicamente marginalizados como pessoas LGBTQIA+. A partir dessa premissa, este artigo busca explorar essas relações, investigando como as narrativas conservadoras e liberais moldam a educação e perpetuam a exclusão do debate da diversidade sexual das escolas, implicando no fortalecimento da LGBTQIA+fobia nas escolas.

2 METODOLOGIA

Para a análise do corpus desta pesquisa, utilizamos dados bibliográficos (Tozoni Reis, 2009) com o intuito de aprimorar e atualizar o conhecimento por meio de uma investigação científica que examina neoconservadorismo e o neoliberalismo como uma junção ideológica e seus efeitos no âmbito político e social, contribuindo para o fortalecimento da LGBTQIA+fobia nos ambientes escolares.

Esta investigação teórica resulta de uma dissertação de mestrado financiada pela CAPES, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, orientada pelo Dr. Alexandre Adalberto Pereira. Os pesquisadores que fizeram parte da construção do texto são membros do Grupo de Estudos Decoloniais, que envolvem acadêmicos de nível mestrado e doutorado orientados pelo referido professor.

3 NEOCONSERVADORISMO E NEOLIBERALISMO: FACES DA MESMA MOEDA?

A ascensão das ideologias religiosas na política nacional tem solidificado o neoconservadorismo como uma nova ordem social, apresentando seus princípios como “valores morais” profundamente enraizados na religiosidade. Segundo Pinheiro (2015), o caráter religioso emerge como um catalisador para o tradicional repaginado, ganhando força com o crescimento das igrejas evangélicas neopentecostais e, no contexto da Igreja Católica, através do movimento de renovação carismática. Esses setores buscam imprimir um viés ortodoxo aos estigmas socialmente construídos, utilizando novas linguagens e estratégias que envolvem publicidade, mídia, produtos culturais diversos e uma participação ativa na política e na formulação de leis estatais.

Nesse cenário, também se intensificou a disseminação de discursos que atacam as ideologias de esquerda, as quais são vistas como uma conspiração comunista oriunda de administrações anteriores. Para justificar essa narrativa, Moll (2010) explica que, os defensores do

neoconservadorismo passaram a destacar a importância do livre mercado, lembrando a visão do século XIX que defendia a inserção dos valores cristãos na política como resposta às crises e aos desafios sociais.

Conforme Apple (2003) e Freitas (2018), a partir da participação desses grupos na política e nas leis estatais, houve a falsa ideia de implantar os valores do passado como melhores do que os da atualidade, e com isso a luta para a preservação das tradições culturais. Para atingir seu intento, “esta aliança abre mão da democracia para garantir o que conceituam como ‘liberdade’”, legitimando golpes militares e/ou jurídico-parlamentares-institucionais” (Freitas, 2018, p. 26).

Baseada em princípios do neoliberalismo, surge uma nova configuração social, pensada por estes grupos para atender aos seus próprios interesses, segundo Freitas (2018), e que necessitam:

[...] impedir os processos de organização social dos mais desfavorecidos; não transferir impostos para os menos favorecidos e barrar os processos de redistribuição de renda; destruir a organização dos trabalhadores, a atuação dos sindicatos e confederações; destruir a atuação e organização dos movimentos que lutam pelos direitos humanos; atuar contra os imigrantes e contra ações de preservação do meio ambiente; desregularizar a atuação das corporações; privatizar tudo que for possível; propor formas de proteção constitucional quase que irrevogáveis, que evitem o impacto de eventuais decisões contrárias ao livre mercado, entre outras (Freitas, 2018, p. 27).

Para que haja essa desestruturação da organização social, os neoliberais criam um clima propício aos negócios, de competitividade e, na mesma proporção, à repressão contra os ideais de esquerda, organizações sociais, sindicatos, com a precarização dos direitos trabalhistas e a privatização de tudo que for possível. Diante disso, o neoliberalismo se caracteriza como uma estratégia política que tem por objetivo reforçar a hegemonia de classe, conceituando-se como uma ordem social que defende ideologicamente uma teoria econômica que confere ao Estado a mínima participação na ordem institucional, trazendo, hipocritamente, a falsa ideia de bem-estar social, como conceitua Harvey (2008):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2008, p. 13).

Nesse sentido,

[...] podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2008, p. 27).

Com isso, Apple (2003) diz que é importante entender que o neoliberalismo é, em sua essência, “o capitalismo sem luvas de pelica” (Apple, 2003, p. 21). É importante destacar que, na perspectiva de Michael Apple, o neoliberalismo é apontado como uma face explícita do capitalismo. O autor refere-se ao termo “luvas de pelica” como algo delicado e com toque macio, o que torna evidente que o neoliberalismo é capaz de desmontar diversos direitos.

O neoliberalismo, entendido como uma transformação de operação do capitalismo, tem instituído novas formas de trabalho precarizadas e o desmonte de direitos conquistados pelos trabalhadores. Essa nova ideologia cria, por sua vez, uma nova dinâmica das relações sociais, como critica Chauí (2006):

Em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por organizações particulares e programas particulares, competindo entre si (Chauí, 2006, p. 324).

Para que haja a efetivação desta nova configuração nas relações sociais, o neoliberalismo, entendido como um plano teórico de reorganização do capitalismo, tem como um de seus ideais a destruição da consciência de classe, bem como as formas de luta de classe. Para tanto, o neoliberalismo prega o “estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao aqui e ao agora, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, [que] dá origem a novas formas de comportamento” (Barroco, 2011, p. 206). Corroborando com esse pensamento, Harvey (2008, p.15) diz que essa característica individualista alinhada ao ideal político da liberdade humana “são pontos considerados basilares para os fundadores do pensamento neoliberal, que trazem a ideia de que esses princípios devem ser considerados como "os valores centrais da civilização".

Entende-se que essa nova direção ideológica que faz a junção do neoconservadorismo com o neoliberalismo preza pela impossibilidade de construção de projetos societários distintos dos seus interesses hegemônicos. Nas palavras de Souza (2015), o conservadorismo no Brasil acaba tomando uma posição mais próxima aos ideais reacionários, orientando idealmente a classe dominante. “É daí que extraem parte de suas ideias sobre o papel do Estado, das liberdades civis e políticas, dos mercados, dos grandes proprietários como sujeitos políticos, da família, da propriedade e assim por diante” (Souza, 2015, p. 208).

Diante disso, para fortalecimento do capitalismo, são necessárias aproximações ideológicas entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo.

Dessa feita, para preservar o sistema estabelecido, há de ser assumidas as reformas (institucionais) necessárias. [...] A reconciliação do conservadorismo com o liberalismo completou-se na incorporação da ideia de que o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo. Daí em diante, o mercado livre passa a ser visto como portador e fundador das possibilidades de explicitação das capacidades humanas (Souza, 2015, p. 218).

Essas aproximações entre ambas as ideologias revelam as faces nefastas de uma mesma moeda, baseadas na preservação do capitalismo como sistema estabelecido, e nesse cenário assumem um caráter político intransigente para fazer reformas capazes de legitimar, no discurso social, a ideia de que o lucro é a mediação fundamental para o desenvolvimento da sociedade, limitando, assim, que os indivíduos tenham consciência de classe ou identitária a respeito de sua condição. “Segundo a visão conservadora, reconciliada com os preceitos liberais, trata-se, apenas, de zelar pelas qualidades morais necessárias à sadia permanência dos indivíduos dos mercados” (Souza, 2015, p. 18).

Depreende-se que interesses em comum circulam entre estas ideologias, que buscam pela manutenção do sistema estabelecido através de uma proposta teórica e prática que visa implantar visões sobre o livre mercado, o individualismo, a competitividade, a privatização, associadas a visões de mundo reacionárias, induzindo à falsa percepção de que são necessárias para o bem-estar social, quando na prática geram mais desigualdade, exploração e opressão social. Essa agenda em comum pode ser entendida nas palavras de Harvey (2008): “o neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (Harvey, 2008, p. 94).

Dessa maneira, a agenda comum do capitalismo faz uso instrumental dos valores neoconservadores e da teoria e prática neoliberal para implantar e legitimar práticas de opressão,

violência das mais diversas, exploração do trabalho e retirada de direitos sociais, justificando tudo isso numa visão romantizada de um passado idílico, sem conflitos, sem rupturas, guiado pela ordem moral e harmonioso, que de fato nunca existiu, projetando a vida para um futuro sem utopias, e, no mínimo, construindo a existência humana num presente nebuloso ao implantar a falsa ideia de que o lucro é a alternativa fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, usando até mesmo a própria sexualidade como necessária para a construção de uma sociedade baseada na imagem e semelhança do capital.

4 A REGULAÇÃO BURGUESA DOS DIREITOS SEXUAIS E A PRECARIZAÇÃO DA VIDA LGBTQIA+ NAS ESCOLAS

A nova configuração social é fundamentada em correntes ideológicas nas quais os direitos sexuais encontram-se submetidos a regulação burguesa depois que o capitalismo “começou a remodelar toda a sociedade, ele incubou novas normas e modos de regulação burgueses, incluindo o binarismo de gênero e a heteronormatividade sancionados pelo Estado” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 52). Nesse diapasão, Biondi (2017) diz que a necessidade de regulação do modo capitalista está no empenho em construir uma sociedade à sua imagem e semelhança, submetendo-a aos seus condicionamentos essenciais, como a acumulação de capital, mecanismo econômico e outros.

Dentre as características de modelagem do capitalismo “os fenômenos de gênero e sexualidade exigem uma análise que indique os traços específicos que lhes são atribuídos pela sociedade burguesa” (Biondi, 2017, p.133). Nessa perspectiva, o capitalismo tenta de todas as formas formar um padrão social seja sua imagem e semelhança, e quando estabelece um padrão de família, que gera filhos biológicos, deixando pessoas LGBTQIA+ de fora do modelo que enaltece a heterossexualidade no padrão familiar em desfavor as demais sexualidades. Desse modo, “a elevação da família à proeminência ideológica garante que a sociedade capitalista reproduzirá não apenas filhos, mas também heterossexismo e homofobia” (D’emilio, 1983, p. 110).

Nesse contexto, Arruza, Bhattacharya, Fraser (2019) advogam que o capitalismo se camufla sob um discurso de que não deve-se insistir em um único modelo de família ou sexo. Sob essa perspectiva, a estratégia do capital é sobretudo a venda de um padrão até mesmo da homossexualidade, com o objetivo de vender o sexo e o neoliberalismo comercializá-lo. Em contrapartida, criam-se discursos e práticas que não reconhecem os direitos sexuais dos grupos LGBTQIA+ liderado por movimentos neoconservadores, que prezam pela preservação da moral e da família patriarcal.

Para Souza (2021) essa liberdade que o capitalismo dá aos sujeitos LGBTQIA+, se expressa no consumo enquanto saída para se manter uma “normalidade gay” baseada nos padrões capitalistas.

Estes padrões capitalistas estão baseados em divisão de classes, gênero, raça e etnias, nesses sentido essa “normalidade gay” que “pressupõe uma normalidade capitalista”, que gera “marginalização e repressão duradouras de pessoas queer pobres, em especial grupos étnicos” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 72). Nessa perspectiva Missiatto (2021) ressalta que:

[...] as desigualdades econômicas que determinam a pobreza a tipos específicos de pessoas homoafetivas ao mesmo tempo que produzem uma ideologia consumista em torno da diversidade sexual e de gênero a partir da arquitetura de uma imagem LGBTQI+ que nada tem a ver com o respeito à pluralidade e sim com o mercado capitalista. (Missiatto, 2021, p.65).

Essa ideologia consumista em torno da diversidade sexual, tem causado um certo clima tensão devido a dualidade de ideologias, por um lado o conservadorismo quer reprimir pessoas LGBTQIA+ por meio de discursos religiosos e patriarcais, já o neoliberalismo “serve de travessia para a predação direta para o capital” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 73). Outro ponto que nos cabe analisar, são as conexões produzidas pelos sistemas normativos, que quando estabelecem um modelo de “normalidade gay”, também estabelecem padrões de sujeitos LGBT’s tidos como “normais”. Segundo Missiatto (2021):

As conexões produzidas pelos sistemas normativos fazem com que as experiências de pessoas LGBTQIA+ tornem-se heterogêneas o suficiente para que não sejam socialmente universalizadas, e o objetivo não deve ser esse. A questão primal a ser considerada é como compreender a precarização das vidas de pessoas não normativas sem incorrerem, acidental ou premeditadamente, no risco de essencializá-las. (Missiatto, 2021, p.67)

Essa falsa liberdade sexual, tem causado grandes desigualdades entre as experiências de pessoas LGBTQIA+ devido a relação entre gênero, sexualidade, raça e etnia, essas diferenças existentes nesse grupo tem aumentado a precarização das vidas de pessoas não normativas. Diante disso, deve-se entender que “o fato é que, para além das particularidades, o que se sobrepõe é que homens brancos, homossexuais, com expressão de gênero masculina, são tratados pelos sistemas normativos de modo diferente aos demais homoafetivos” (Missiatto, 2021, p.67). Ainda para o autor, o capitalismo se beneficia das desigualdades como um recurso econômico.

Nessa imensidade de desigualdades, a falsa ideia de liberdade sexual que o capitalismo proporciona as pessoas LGBTQIA+ é considerada frágil e alvo de constantes ameaças por grupos de extrema direita que usam da moralidade e querem manter a preservação através de discursos que prezam pela “proteção” de suas famílias contra a liberdade sexual que está associada ao

neoliberalismo. Segundo Arruza, Bhattacharya, Fraser (2019), essa falsa ideia de liberdade sexual proporciona uma série de mudanças sociais, como conquistas a direitos legais, um desses exemplos é casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que “não impedem a agressão contra pessoas LGBTQIA+, que continuam a vivenciar a violência de gênero e sexual, a falta de reconhecimento simbólico e a discriminação social” (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p.54).

Neoconservadores e populistas de direita ganham apoio das massas populares, ao alegarem a necessidade de proteção de suas famílias contra a liberdade sexual, estes grupos tem um estilo de “proteção” que coloca a culpa na liberdade sexual enquanto encobre a verdadeira fonte de perigo, que é o capital. Nessa relação de dualidade ideológica, o resultado é a precarização da vida social, em especial de grupos LGBTQIA+, que sempre foi marcada por abismos de desigualdades, e hoje de forma obscura tem sido regulada pela sexualidade, que nada mais é do que um elemento de produção de desigualdades a serviço do capital. O fortalecimento destas desigualdades tem intensificado cada vez mais os princípios morais e o enaltecimento da família tradicional, pois a “austeridade moral capitalista não se compatibiliza com uma vida sexual que, uma vez desconectada de finalidades procriativas, não se insere no esforço de reprodução ampliada da força de trabalho” (Biond, 2017, p.146).

Com isso, a preservação das famílias tradicionais é um dos fundamentos dessa matriz ideológica de poder, e para isso é preciso criar a falsa ideia de liberdade sexual para que sejam normalizados no discurso social, as violências contra LGBT’s em todas as esferas sociais. Para Biondi (2017):

Não à toa, o discurso de enaltecimento da família tradicional, apesar de todas as transformações sociais do século XX, desfruta de lugar cativo no debate público. Além disso, nas primeiras oportunidades, o capital realça os paradigmas de gênero, como que reconstituindo o que seria, para ele, a ordem natural das coisas. (Biond, 2017, p.146).

O resgate aos valores e a ordem natural das coisas, aparecem quando as articulações se perdem na falsa ideia de liberdade sexual, que faz com que os grupos que resistiam percam força política e aceitem de forma natural reformas na sociedade, que fortalecem cada vez mais a superioridade heterossexual sob as demais sexualidades.

Essa desarticulação por meio de desigualdades, partem especial do cenário político por meio de decisões que tiram as conquistas por meio de lutas por igualdade das pautas parlamentares e no mesmo sentido criam termos que se inserem no discurso social que atacam estas discussões nas escolas, como é o caso da “ideologia de gênero”, que tem em seus fundamentos reconfigurar os espaços

educativos contra discussões que abarcam temas considerados impróprios e que vão de contra aos valores da família tradicional, defendidos por grupos liberais e conservadores, ouve a necessidade de implantar no discurso social uma enxurrada de inverdades contra os estudos de gênero e sexualidade na educação. Para isso, segundo Junqueira (2019) entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000, surgiu a expressão “ideologia de gênero” defendida pelos autores como uma invenção católica para firmar a heterossexualidade como o centro de sua antropologia e de sua doutrina, produzindo uma teologia na qual se fundamenta em ataques contra o relativismo cultural, ao feminismo e a liberdade sexual, que abrange a diversidade sexual por completo.

A partir dessa formulação doutrinária, esse movimento passa a reverberar em diversos países, onde as instituições públicas e privadas passam por um processo de retirada do caráter público e laico das escolas. Com isso, as discussões de equidade de gênero, feminismo, sexualidade passam a ser eliminadas por serem vistas como “uma ameaça única, indistinta, de subversão dos arranjos familiares que são vistos, a um só tempo, como naturais, de origem divina e indispensáveis à reprodução da vida social” (Miguel, 2016, p.597). Ainda para o autor, estes grupos ganharam força no Brasil a partir de 1990 devido ao alto esforço de igrejas evangélicas em prol da eleição de seus pastores e líderes religiosos que passaram a compor a “bancada evangélica” que sobretudo quando se fortaleceu, passaram a se tornar grandes opositores as questões que englobam as diversidades de modo geral como:

Compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos. (Miguel, 2016, p.593)

Estas alianças políticas passaram a gerar uma enorme agenda comum de fortalecimento próprio e que inserem “alguns de seus porta-vozes nas universidades, a frente criada com os outros setores da direita leva a que, no debate público, tais temas sejam deixados de lado ou aceitos em seu registro mais conservador” (Miguel, 2016, p.594). Diante disso, o discurso conservador ganhou visibilidade e expressão parlamentar, acusando as escolas de aquilo que foi comumente divulgado como “doutrinação ideológica”, e com isso, o surgimento de um grande movimento articulado, entre as diversos grupos religiosos nas mais diversas instituições, objetivando propor medidas para impedir os professores, durante a docência, falassem sobre temas relacionados a gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, os docentes passaram a ser taxados como “inimigos da família” que “procurariam confundir as crianças, obrigando, por exemplo, os meninos a vestirem saias e a brincarem

de bonecas, enquanto as meninas seriam instigadas a se livrarem de sua natural propensão a cuidar dos outros” (Junqueira, 2019, p.168). Estes constantes ataques contra a educação foram se espalhando no discurso social por meio de grupos religiosos fundamentalistas e conservadores. Dentre as afirmações, está a de que os professores eram responsáveis por “usurpar dos pais o protagonismo na educação moral de seus filhos para doutriná-los com ideias contrárias às convicções e valores da família”.

Com isso, os professores passam a ser atacados no exercício da docência, taxados como incentivadores da “erotização das crianças”, por meio de propagandas nas mídias e em programas de governo de políticos neoconservadores e neoliberais. Estas alianças contribuíram fortemente para o crescimento de ataques contra as diversidades nos processos formativos, nos quais traziam ideias como:

[...] alunos seriam estimulados a se interessarem por masturbação, homossexualidade, transexualidade, prostituição, aborto, poligamia, pornografia, pedofilia, bestialismo etc. Alarmados, pais são convocados a se unirem em uma cruzada em “defesa da família” (referida sempre no singular), embalados em lemas como: “Abaixo a ideologia de gênero!”, “Salvemos a família!”, “Respeitem a inocência das crianças”, “Meu filho, minhas regras!”, “Meninos vestem azul, meninas vestem rosa!”, entre outros.” (Junqueira, 2019, p. 168).

Logo, percebe-se a relação direta com os discursos de Governo de Jair Bolsonaro durante sua campanha em 2017, quando ouve uma enorme propagação de falsas notícias, nas quais relacionavam estas acusações com os governos do Partido dos Trabalhadores. Segundo Miguel (2016) o Partido dos Trabalhadores veio a ser apresentado como a encarnação do comunismo do Brasil, gerando uma notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo.

Nessa perspectiva ideológica, políticas de inclusão, que abarcavam temáticas de gênero e diversidade sexual na educação são eram e são tidos como um mecanismo de alienação das crianças por entenderem “que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero”, que impediria a consolidação da identidade masculina ou feminina” (Miguel, 2016, p.599). Por isso, os “defensores da família” tanto atacam políticas educacionais que propõem um currículo aberto as temáticas de gênero e diversidade sexual e fazem disso uma sociedade moldada pela promoção “sistemática de desinformação, intimidação, estigmatização do adversário e pânico moral” (Junqueira, 2019, p.171).

Com isso, a invenção da ideologia de gênero ganhou força e representatividade parlamentar, que contribui diretamente para a exclusão de diversidade sexual e de gênero nos currículos formativos, nos quais os alunos deixam de compreender problemas sociais como a LGBTQIA+fobia e a violência

de gênero, e como consequência disso, a naturalização da heterossexualidade compulsória nos ambientes escolares que é uma das grandes causadoras de violências contra jovens LGBT's.

5 O FORTALECIMENTO DA LGBTQIA+FOBIA NO CONTEXTO IDEOLÓGICO

A discussão sobre a educação e os direitos da população LGBT no Brasil revela um padrão alarmante de violação de direitos humanos, conforme destacado por Ventimiglia (2020). Essa violação se manifesta de diversas formas, incluindo a negação de oportunidades de emprego e educação, além de agressões físicas e homicídios. O cenário se torna ainda mais grave quando indivíduos LGBT pertencem a grupos sociais vulneráveis, como mulheres, negros e pessoas com deficiência, que acumulam múltiplas vulnerabilidades e sofrem de forma mais aguda as consequências dessa opressão.

A configuração social atual, permeada por discursos conservadores e fortalecida por igrejas neopentecostais, se reflete nas escolas. Nestes ambientes, busca-se proteger as chamadas “famílias tradicionais”, resultando em uma dinâmica educacional que perpetua a opressão e a exclusão, especialmente em relação aos estudantes LGBT. Rosa (2016, p. 211) caracteriza esse fenômeno como um processo de “escolarização” da opressão, evidenciando práticas discriminatórias que variam de brincadeiras cruéis a agressões verbais. Sem intervenções efetivas, essas práticas se consolidam e podem levar a sérias consequências, como o abandono escolar e até o suicídio de jovens que não se sentem seguros em seu ambiente escolar.

Além disso, a interseção entre neoconservadorismo e cisheteronormatividade exerce uma influência significativa no espaço escolar. Irineu, Oliveira e Lacerda (2020) discutem como o avanço das pautas conservadoras, atreladas a ideais neoliberais, gerou movimentos anti-igualitários que tentam eliminar discussões sobre gênero na educação. A ascensão do governo Bolsonaro em 2019 intensificou essas pautas, sendo as demandas antigênero massivamente defendidas por grupos evangélicos. Essa estratégia visa desarticular a luta pelos direitos LGBTQIA+ e promover retrocessos em direitos trabalhistas e sociais.

O impacto do neoconservadorismo no ambiente escolar é preocupante. Embora a escola tenha um papel social e político fundamental, fomentando a capacidade crítica dos alunos em relação a questões como racismo, sexismo e LGBTQIA+fobia, a pressão ideológica tem limitado essa função. A escola deve ser um espaço onde indivíduos com diversas transversalidades se encontram e convivem com as diferenças. No entanto, ao ignorar essas especificidades, o sistema educacional perpetua a colonialidade do saber, que é marcada por uma referência branca e heteronormativa.

Essa dinâmica regulatória se reflete na forma como a escola atua, naturalizando ações, pensamentos e identidades que não se encaixam nos padrões dominantes. Lopes (2020) enfatiza que

as instituições educacionais, muitas vezes, funcionam como espaços que violentam e silenciaram aqueles que são considerados diferentes, subalternos ou, em última instância, apagáveis. O sistema educacional, portanto, não apenas desconsidera as demandas de alunos de grupos marginalizados, mas também reforça normas que excluem e violentam.

Louro (1997) ressalta que os ambientes escolares desempenham um papel crucial na formação de identidades, moldando percepções e comportamentos que refletem normas sociais. Ele observa que, através de interações cotidianas, os alunos aprendem a aceitar ou rejeitar comportamentos e identidades, reforçando a exclusão de corpos que não se conformam às normas heteronormativas. Ventimiglia (2020, p. 51) complementa essa análise ao afirmar que a falta de um espaço seguro para discutir a violência e a discriminação nas escolas resulta na banalização desses comportamentos, tanto para as vítimas quanto para os agressores.

Freire (1987, p. 105) já alertava para os perigos da neutralidade ideológica nas escolas, enfatizando que a omissão em relação a questões cruciais, como a diversidade sexual, permite que ideologias opressoras prosperem. Assim, ao adotar uma postura neutra e desinteressada, a educação se torna um terreno fértil para a perpetuação da LGBTQIA+fobia. É essencial que as escolas reconheçam sua responsabilidade na promoção de um ambiente inclusivo, onde todas as identidades sejam respeitadas e valorizadas.

6 CONCLUSÃO

As análises realizadas neste artigo evidenciam a complexa intersecção entre neoconservadorismo, neoliberalismo e a opressão das diversidades sexuais e de gênero no contexto contemporâneo. A crescente influência de ideologias conservadoras nas esferas sociais e educacionais tem se mostrado um obstáculo significativo para a promoção de um ambiente inclusivo, no qual todas as identidades possam coexistir e ser respeitadas. A narrativa que glorifica um passado idealizado e a tentativa de restaurar uma “ordem” social tradicional culminam em uma marginalização ainda mais profunda dos sujeitos LGBTQIA+, que se veem confrontados com padrões normativos que os excluem e violentam.

Adicionalmente, a pressão exercida por grupos religiosos e movimentos neoconservadores tem restringido discussões essenciais sobre diversidade nas escolas, espaços que deveriam fomentar a capacidade crítica dos alunos. A naturalização de normas excludentes e a perpetuação da colonialidade do saber reforçam uma visão hegemônica que silencia vozes dissidentes e marginaliza experiências que divergem do padrão heteronormativo. Portanto, é imperativo que as instituições educacionais reconheçam seu papel fundamental na desconstrução dessas narrativas opressoras e se comprometam a promover uma educação que valorize a pluralidade.

Assim, para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, é necessário um engajamento ativo na luta contra a LGBTQIA+fobia, racismo e sexismo, garantindo que todos os sujeitos tenham seu direito à liberdade e à expressão plenamente respeitados. A superação das amarras do conservadorismo e do neoliberalismo, através de uma educação crítica e que adote um cunho político, é um passo vital para o fortalecimento do enfrentamento a LGBTQIA+fobia nas escolas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a CAPES pelo financiamento da pesquisa, externalizamos nossa gratidão aos a todos os colegas do Grupo de Pesquisa em Estudos Decoloniais pelas discussões semanais e pela criticidade em analisar os processos que cercam a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michel W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade* / Michel W. Apple; tradução de Dinah de Abreu Azevedo; revisão técnica de José Eustáquio Romão, - São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. – (Biblioteca freiriana; v.5)
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. 1º Edição – São Paulo: Boitempo, 2019.
- BIONDI, Pablo. *Sexualidade e disciplina do trabalho na ordem social burguesa*. Caderno Cemarx, nº 10, 2017. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp – SP.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. Um balanço crítico acerca dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonaro. Em: *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes*. Salvador: Editora Devires, 2020. p. 98-115
- JUNQUEIRA, Rogério. In *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LAVAL, Christian. *A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Editora Planta, 2004.
- LOPES, Bárbara. “BNCC e o avanço neoliberal nos discursos sobre educação”. In: *Educação é a Base? 23 educadores discutem a Base*. Ação Educativa, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”*. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 41-52.
- MIGUEL, Luiz Felipe (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, 7(15), 590-621.
- MISSIATTO, Leandro Fonseca. *Colonialidade Normativa*. 1º ed. Curitiba: Appris, 2021.
- MOLL, Roberto. *Diferenças entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo: faces de uma mesma moeda?* [S.I.]: Unesp, 2015a. Acesso em: 01/10/2022.

RIOS, Roger R. 2011. "Direitos sexuais, uniões homossexuais e a decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF 132-Rj e ADI 4277)". In: RIOS, R. R.; GOLIN, C. & LEIVAS, P. G. C. (eds.). *Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF*. Porto Alegre: Editora Sulina. p. 69-113.

ROSA, Marcelo. *Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização: enunciados e problematizações*. 2016. 255p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

SCRUTON, Roger, 1944. *O que é conservadorismo*. Roger Scruton; Tradução Guilherme Ferreira Araújo. 1. ed. São Paulo: Realizações, 2015. 328p.; p. 23.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da Pesquisa*. Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VENTIMIGLIA, Rafael; MENEZES, Aline Beckmann. *Lgbtfobia na Escola: Possibilidades para o Enfrentamento da Violência*. Curitiba: Editora Appris, 2020.